

João Pessoa - Número Cinco - Março de 2004

Desdobramentos Teóricos Sobre o Desenvolvimento Social

KOURY, Mauro G. P.. As teorias do desenvolvimento social e a América Latina. João Pessoa: Manufatura – GREM, 2002. (Coleção Cadernos de GREM, n. 1)

André Gondim do Rego

O século XX trouxe, além de guerras, uma corrida desenfreada por modernização, principalmente – melhor seria inescrupulosamente – naqueles países que, hoje, nos referimos como situados na periferia do sistema capitalista. Na tentativa de compreender os processos de industrialização e transformação social derivados de tal fenômeno, e para sermos mais específicos, naqueles ocorridos nos países latino-americanos a partir de fins da década de 1920, surgiram várias idéias entre os cientistas sociais, estas, condensadas na chamada *teoria do desenvolvimento*. Não obstante estarem sendo elas produzidas em grande medida no mundo acadêmico, essas idéias estavam mais aproximadas de posições político-ideológicas do que propriamente de teorias científicas, e assim não contribuíram para a construção de um rumo positivo das transformações que proclamavam. O maior erro desse movimento intelectual foi tentar buscar uma explicação geral, uma *teoria geral do desenvolvimento*, que fosse univocamente cabível a todos os países da região, não considerando assim as diversidades histórico-estruturais nela existentes. Essas orientações foram abordadas em “Teorias do Desenvolvimento Social e a América Latina” pelo professor Mauro Koury de maneira tão sintética quanto exata. Separando as atitudes teóricas de então segundo três tendências, ele pode caracterizar com justeza os objetivos e problemas de cada uma das abordagens teóricas postas em discussão naquele momento.

A primeira destas tendências é a estrutural-funcionalista. Essa abordagem considerava a existência de um modelo único de desenvolvimento a ser alcançado, o realizado pelos países desenvolvidos, sendo qualquer empecilho a este uma *patos* que devia ser anulado. Estas “doenças” estariam expressas nos condicionamentos psico-sociológicos das sociedades que a apresentam além do que poderiam ser medidas através de indicadores estatístico-econômicos. Ela não se prende só a identificar tais causas mas também a corrigi-las através de agentes impulsores, ou seja, a ajuda dos países ricos. Seria superando, apenas através desta ajuda, as barreiras intrínsecas a tais sociedades que elas conseguiriam desenvolver-se. Os principais problemas de tal vertente teórica residem primeiramente tanto por embasarem-se naqueles elementos psico-sociológicos – cujo valores que os tomam como negativos são questionáveis – como na confiança daquelas medidas estatísticas mencionadas, características, para eles, capazes por si só de enquadrarem as sociedades num determinado estágio de desenvolvimento. Antagonismos internos seriam vistos como simples hierarquizações estáticas – ao

contrário de complementares – , e assim sendo, barreiras que devem ser superadas. Em segundo lugar ela é igualmente, teoricamente, pobre por sustentar-se numa visão a-histórica das sociedades, onde o etapismo unidirecional modelado pelo capital dos países desenvolvidos exige que haja uma superação de tudo aquilo que impede o avanço à construção local de um Estado “à imagem e semelhança” dos “modernos”. Assim, essa abordagem não considera nem as particularidades nacionais, nem as relações destas com o exterior. As diretrizes para o desenvolvimento são todas dadas externamente, o que alimenta na verdade um *desenvolvimento do subdesenvolvimento* destes países.

Na segunda tendência mostrada na obra, a Marxista Tradicional, temos os mesmos problemas de substancialização de etapas a serem seguidas, sendo estas agora derivadas do modelo marxiano – na verdade, do estudo específico que o pensador alemão realizou na Inglaterra num contexto específico, o da revolução industrial –, desconsiderando as características históricas próprias destes países. Assim todos aqueles casos que ainda não se enquadravam no modelo capitalista eram tidos como feudal, sendo portanto *fundamental* a constituição de uma sociedade capitalista que proporcionasse a formação da classe operária, condição *sine qua non* de sua posterior emancipação e da constituição de uma sociedade comunista. Tendia assim para abordagens mecânico-causais e formalistas daquele desenvolvimento. Outra grande falha deste modelo foi a desconsideração dos fatores políticos e das relações externas que os países em foco desenvolviam diante de um capitalismo desenvolvido. Um segundo modelo ainda dentro desta tendência procurou ao contrário subordinar todas as condições dos países subdesenvolvidos às suas relações internacionais, tornando mais uma vez a abordagem estática e unidirecional. Tais perspectivas não ajudavam a explicar as reais causas daquele subdesenvolvimento como também depositava essa característica sobre posições teóricas que não levavam em conta as suas reais condições históricas.

Segundo Koury é só com as releituras de Marx e Weber feitas por aqueles que adotaram a tendência Histórico Estrutural que teremos uma abordagem mais aprofundada tanto em termos teórico-metodológicos como de políticas e planejamento sociais. Essa orientação teórica prevê no seu debruçar-se sobre as situações em estudo, cinco momentos. No primeiro se levaria em consideração a base produtiva existente num determinado país bem como seu desenvolvimento histórico. Em seguida se procuraria ver como tal estrutura sócio-produtiva se articulava dinamicamente interno e externamente produzindo suas especificidades sociais de desenvolvimento. Todas estas especificidades terminariam por se apresentar nos processos políticos e econômicos ali realizados. É aí também que poderíamos ver como se formaram e se relacionaram entre si, num determinado momento, as classes nesta formação presentes, bem como as maneiras como se relacionavam com o exterior. Num quarto momento a análise se concentraria então sobre a posição tomada pela estrutura nacional frente ao mercado mundial e suas conseqüências internas na definição daquelas relações entre as classes nas suas várias dimensões: a política, a econômica, a cultural, etc. Assim a pergunta feita pelos pesquisadores desta tendência seria o porque da continuidade de certos traços e conformações do passado e qual o seu papel nos processos de transformações parciais ou totais numa tal sociedade num determinado contexto nacional e internacional. Através desta análise seria possível identificar a partir de um caso particular como podem se dar as diversas dinâmicas sofridas por uma determinada sociedade nos seus processos de interação interno e externa, enquanto relativamente autônoma e dependente. Koury claramente considera esta última abordagem tanto como sendo a de postura mais cientificamente completa e correta, como, talvez por isso mesmo, a mais competente enquanto veículo teórico capaz de sustentar ações políticas no que diz respeito ao desenvolvimento social em geral.

Na atual conjuntura nacional onde as idéias de modernização e desenvolvimento – e de forma curiosa onde novos contextos de guerra assolam o mundo – ressurgem como palavras de ordem – ...e progresso, mas também de diálogo, participação e cooperação –, pensar sobre os diversos paradigmas teóricos que sustentaram – ou derrubaram – vários dos planos políticos para o desenvolvimento social no século que findou, torna-se uma exigência de importância considerável nas análises científico-sociais mais atuais, e certamente o trabalho do professor Koury vem nos servir para isso de maneira, apesar de introdutória, extremamente profícua.

[1] Graduando do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais e Bolsista Pibic/UFPB/CNPq.